



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**SANDRA CRISTINA SILVA GOMES**

**FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE, NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA EM  
CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB  
2017**

SANDRA CRISTINA SILVA GOMES

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE, NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA EM  
CAMPINA GRANDE-PB

Trabalho de Conclusão de Curso -  
Artigo Científico, apresentado ao Curso  
de Pedagogia, da Universidade Estadual  
da Paraíba, em cumprimento às  
exigências para a obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Guerra

CAMPINA GRANDE-PB  
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633f Gomes, Sandra Cristina Silva  
Formação do professor da educação infantil [manuscrito] :  
reflexões a partir do estágio docente / Sandra Cristina Silva  
Gomes. - 2016.  
27 p.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.  
"Orientação: Profa. Ma. Maria José Guerra, Departamento de  
educação".  
  
1. Educação Infantil 2. Formação dos Professores 3. Prática  
Pedagógica I. Título.

21. ed. CDD 371.12

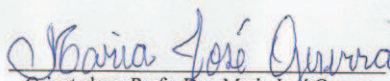
SANDRA CRISTINA SILVA GOMES

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A  
PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE, NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA EM  
CAMPINA GRANDE-PB

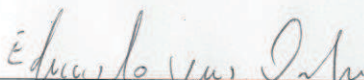
Trabalho de Conclusão de Curso -  
Artigo Científico, apresentado ao Curso  
de Pedagogia, da Universidade Estadual  
da Paraíba, em cumprimento às  
exigências para a obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 25 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Dra. Maria José Guerra  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Examinador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Examinadora: Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço*, em primeiro lugar, a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Ao meu amor, *Luciano*, pessoa com quem amo compartilhar a vida. Com você tenho me sentido mais viva de verdade. Obrigada pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre.

A minha família, por sua capacidade de acreditar em mim. A minha *Goretti*; seu cuidado e dedicação que me tornaram, em alguns momentos, a esperança para seguir. A meus irmãos *Sandrelane*, *Solange* e *Franklin*; meus sobrinhos Jordan, Maria Luiza, Aylla e Lucas.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante. A *Crisóstomo*, *Flávio*, *Josete Rafaela* e *Lavinia*, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida.

A minha orientadora, *Profa. Dra. Maria José Guerra* pelo empenho dedicado à elaboração deste *trabalho*.

*Agradeço* a todos os *professores* por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de *formação profissional*, por tanto que se dedicaram a mim; não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra *mestre* nunca fará justiça aos *professores* dedicados, os quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Dedico este trabalho *in memoriam* a minha avó Severina, que onde estiver tenho certeza de que está feliz por mais uma conquista na minha vida. E agradeço por todo ensinamento que me deu na vida.

“Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem renovação pedagógica sem uma adequada formação de professores”.

Antônio Nóvoa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Aspectos teóricos sobre a formação dos educadores.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Educação Infantil e suas conquistas.....</b>	<b>14</b>
<b>3. CONTEXTO E METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>19</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>



## FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO DOCENTE, NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA EM CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Cristina Silva Gomes<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho sobre “Formação do professor da Educação Infantil” surge com a realização do estágio em Educação Infantil (EI) e, tem por objetivo compreender de que modo ocorre o processo de formação dos professores, que atuam em uma instituição pública municipal, localizada na cidade de Campina Grande-PB, a partir do que diz as professoras pesquisadas. O artigo resulta de pesquisa qualitativa que tem o ambiente natural do estágio da EI, como sua fonte direta para coleta de alguns dados observados e registrados através da aplicação de um questionário junto a 4 professoras da EI, o que vai exigir do pesquisador tanto referências teóricas dos estudos de Campos (1999); Gomes (2009); Kishimoto (2002); Kramer (1992, 1994, 2002); Lanter (1999); Rosenau (2008), entre outros, quanto o estudo de documentos oficiais, neste caso, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1998 (RCNEI) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) Lei de nº 9.394/1996 e o mais recente documento ainda em fase de discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando tais aspectos, conclui-se que, o tratamento do profissional da EI em relação a sua formação vem ganhando significativas conquistas de valorização da profissão, em relação às exigências dadas à formação de professores da primeira etapa da Educação Básica. A realidade investigada nos permitiu observar que as professoras são comprometidas com a educação e, sobretudo, desenvolvem uma prática docente voltada para o cuidado das crianças atendidas pela Instituição de Educação Infantil. Além disso, é consenso entre as professoras investigadas de que a formação continuada do profissional da EI torna-se hoje, imprescindível ao que fazer da prática docente, nesta etapa da educação.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação de professores. Prática pedagógica.

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo iniciou-se a partir do entusiasmo despertado pela profissão docente, tendo como base experiências próprias de trabalho com crianças de zero a seis anos, e também a análise da problemática referente à formação e prática pedagógica na Educação Infantil. O objetivo deste estudo é fazer uma análise da ação didático-

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia, UEPB. E-mail: sandracristina49@gmail.com

pedagógica realizada pelo docente no exercício do magistério na Educação Infantil – EI<sup>2</sup>.

Observa-se que, nos últimos anos, acentuou-se significativamente o debate sobre a formação de professores da EI e Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, especialmente em nível superior. Este debate vem movendo-se na discussão sobre o *locus* e o *modus* de formação desse professor, que alcançaram proporções maiores a partir da promulgação da LDB 9.394/96. Para além da LDB, uma grande quantidade de Pareceres, Resoluções, Deliberações e até mesmo Decretos passou a fazer parte da disputa pela regulamentação de cursos e modalidades de formação de professores.

A formação de professores é um dos itens contemplados pela LDB. Seu artigo 62 é redigido nos seguintes termos:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. Admitida como formação mínima para o exercício do magistério da EI e nas cinco primeiras séries do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, art. 62).

Aqui, se chama a atenção para a ênfase na formação de professores da EI. A redação da LDB é clara ao afirmar que é admitida a formação em nível médio, porém exigindo que seja na modalidade normal. Isto significa que é emergente a habilitação desses profissionais, conferindo-lhes a graduação necessária para que possam continuar a atuar nesta etapa da educação básica. O mesmo dispositivo legal institui a década da educação, iniciada em 1997 e encerrada em 2007, afirmando que, até o final deste período, somente serão admitidos profissionais habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Pesquisas revelam que o perfil profissional do professor em EI passa a receber um enfoque maior a partir da nova Constituição do Brasil (1988) e, em decorrência da mesma, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394/1996, a qual apresenta no,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

---

<sup>2</sup> Informamos ao leitor que, a partir de então, sempre que formos nos referir à Educação Infantil neste texto vamos denominá-la pela sigla EI.

Nesse sentido, a preocupação com o desenvolvimento do educando mobiliza os diversos atores que são o Estado e a família, que têm diferentes atribuições dentro da garantia de uma EI de qualidade. Dentro desse contexto, o profissional docente encontra-se estreitamente envolvido no processo de educação das crianças. Logo, esse profissional deve apresentar a seguinte formação exigida pela LDB de nº 9.394/1996 em seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

Conforme apresentado, a formação de docentes da EI exige uma formação em nível superior, ou formação mínima a nível médio, na modalidade magistério, o que implica em diferentes perfis de profissionais que irão atuar na EI. Vale enfatizar que,

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. (BRASIL, 1998, p. 41).

A definição do profissional de EI se dará a partir do seu campo de atuação: a realidade da criança como um ser em desenvolvimento e como um ser histórico concreto, sujeito de direitos e necessidades, numa escala de importância própria, às vezes difícil de perceber adequadamente numa visão adultocêntrica. Esta criança traz consigo uma realidade que precisa ser compreendida pelo professor, o qual tem a possibilidade agir-refletir-agir acerca do fazer docente.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI enfatiza, quanto ao cuidado com a criança, que:

É preciso considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Essa perspectiva implica uma nova compreensão sobre o perfil do professor como aquele profissional que, como qualquer outro, reflete sobre sua prática. Pode-se pensar aqui em um pesquisador que constrói conhecimento compartilhado não apenas entre as crianças com as quais trabalha, como também entre ele e as crianças. Isso envolve um processo de sustentação de relações interpessoais e da cultura que a criança traz consigo que se dá por meio da criação de ambientes e situações que promovam desafios e questionamentos sobre as imagens que o professor possui tanto da criança como da sua própria compreensão acerca dos significados da Educação Infantil.

Para Gomes (2009, p. 54),

Ser uma profissional capaz de promover múltiplas interações envolve o acolhimento e a ideia de pertença grupal, a dimensão afetiva, o respeito às necessidades e interesses da criança, aos seus padrões culturais, captando-os para os propósitos do trabalho desenvolvido, a ampliação permanente de seu universo sociocultural, novo dimensionamento para o educar, o ensinar e o aprender a permanente reflexão sobre os propósitos que guiam suas práticas.

O novo professor de EI deverá, nessa medida, ser um profissional reflexivo, em constante formação pessoal e acadêmica, aberto a mudanças e atento às diversidades e pluralidades das crianças com as quais trabalha, de maneira a oferecer-lhes um atendimento de qualidade. Portanto, este novo perfil de professor que se busca para atuar nesta etapa da EI exige novas competências e práticas, conforme sugere a autora:

A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica. Tenho defendido a formação como direito de todos os professores: formação como conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade (KRAMER, 2002, p. 126).

A formação do professor é ressaltada como um dos pilares da qualificação na educação e traz para as discussões como de fato isto acontece, e, principalmente, desperta o professor a buscar pelo aprimoramento de sua formação. Ser professor é, antes de tudo, estar em constante aprendizado. Tal aprendizado envolve a compreensão de que,

A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, requer um profissional que reconheça as características da infância. Observar as particularidades infantis, promovendo

a construção coletiva de espaços de discussão da prática, exige embeber a formação na crença de que não há “déficit” na criança, nem no profissional que a ela se dedica, a ser compensado; há saberes plurais e diferentes modos de pensar a realidade (KRAMER, 2002, p. 127).

O professor precisa ter a sensibilidade de aprender com as crianças, escutando-as e interagindo com o intuito de que o conhecimento seja uma troca de experiências agradáveis. A partir desta interação, o professor é capaz de construir uma prática condizente com a realidade das crianças e que garante o respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa etc., contribuindo para o combate a desigualdade social.

Por sua vez, o documento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que se encontra em sua terceira versão ainda, em processo de discussão nas mais diversas regiões de nosso Brasil, nos ajuda a compreender a Educação Infantil, “como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional”.

Nesse contexto, a nossa pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação dos professores que atuam em uma unidade escolar do município de Campina Grande-PB, a partir do que diz o próprio professor participante da pesquisa.

Especificamente, temos os seguintes objetivos: Investigar a formação dos professores que atuam na unidade escolar, campo de estágio; Analisar a prática pedagógica dos professores entrevistados e Avaliar as concepções dos professores acerca da importância de sua formação.

Compreendemos que é no campo da escola observada que se alimenta o processo de formação inicial acadêmica, seja em relação à formação dos professores da graduação, especialização, mestrado, doutorado com magistério e/ou sem formação acadêmica.

O presente texto está organizado em quatro tópicos. O primeiro introduz a temática do estudo, em questão. O segundo trata da fundamentação, com base nos aspectos teóricos em relação à formação dos educadores, bem como situa para o leitor a Educação Infantil e suas conquistas. O terceiro faz referência ao contexto e a metodologia da pesquisa realizada. E, finalmente, no quarto tópico apresenta e discute o resultado da análise dos dados coletados, seguida das referências consultadas, neste artigo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Aspectos teóricos sobre a formação dos educadores

Ao focalizarmos a formação dos professores, convém ressaltar algumas das discussões sobre como deve ser formado o educador para atuar com crianças. Atualmente, no Brasil, há vários estudos que se debruçam sobre essa temática, dentre os quais destacaremos alguns autores.

Para Leite, 1998 (*apud* GOMES, 2009, p. 50) em EI a utilização de determinadas estratégias formativas é fundamental na redefinição do papel das educadoras e na possibilidade de serem autoras de suas práticas e tornarem-se profissionais reflexivas. Contudo, Angotti (1998) (*apud* GOMES, 2009, p. 51), ao analisar a atuação inicial de professoras de pré-escola, indica três momentos diferenciados (*antes*: na explicitação das expectativas em relação ao fazer; *durante*: o momento da efetivação da prática pedagógica docente; *depois*: o momento da revisão sobre o fazer realizado).

Em estudo sobre os saberes essenciais do educador da primeira infância, Dias, 1997 (*apud* GOMES, 2009, p. 51) denominou de “protagonista da educação infantil”, o profissional que atua na EI e que este deve apropriar-se de profundo conhecimento de si próprio e da criança. Bem como, dominar conhecimentos culturais e científicos, produzir uma visão crítica e política da realidade, gostar de criança e compreender sua forma lúdica e criativa de conhecer, além de desenvolver as capacidades de observação e reflexão, de articulação criativa e dinâmica entre teoria, prática e de trabalho em equipe.

Ao analisar modelos de formação de educadores de crianças pequenas em sociedades europeias em Campos, 1999 (*apud* GOMES, 2009, p. 51) destaca o modelo inglês, que tem maior ênfase na prática, a exemplo do artesão que aprende fazendo. O modelo adotado pelos países da Comunidade Econômica Europeia situados no norte do continente também dedica maior tempo à formação prática. Já o dos países do Sul dispensa maior tempo à formação teórica. A Espanha apresenta-se como o país que dedica menor tempo à formação prática, sendo o Brasil herdeiro dessa tradição.

Gomes (2009, p.51) ao estudar as pesquisas de Silva admite que as qualidades da prática profissional dos professores de EI, em função do que requer o trabalho educativo em sua profissionalidade está diretamente associada à conquista dos direitos das

crianças nas últimas décadas no Brasil, representando a base para a sua compreensão. Para o autor buscar formar professores com competências e autonomia, capazes de exercer mudanças nas séries iniciais, parece ser um desafio a ser alcançados pelas instituições.

Portanto, conforme Gomes (GOMES, 2009, p. 53) em nossa realidade, a EI, qualificada como primeiro degrau da educação básica, sugere desafios a ser enfrentados pelas instituições. Talvez, o maior seja a compreensão do educar, do ensinar e do aprender, desenvolvidos com base em um olhar “estranhado”, porque não habituado às relações institucionais cotidianas seja em creches, pré-escola ou escola.

## **2.2 Educação Infantil e suas conquistas**

A Educação Infantil historicamente foi, durante muito tempo no nosso país, centrada no eixo assistencialista do cuidar. A partir de transformações ocorridas na sociedade, de muitas e longas lutas na história da sociedade brasileira, buscou-se um novo olhar para esse procedimento de atendimento a criança. O Ministério de Educação e Cultura – MEC passou então, a realizar políticas de atendimento à EI e elaborou documentos que embasam os pressupostos a respeito da concepção de criança, do educar, do cuidar e incluir a formação dos professores que irão atender a essas crianças. Ademais, desenvolveu o RCNEI como elemento orientador de ações profissionais desta área:

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998, p. 05).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, a carta constitucional já orienta para a definição de uma base nacional comum curricular ao estabelecer, no Artigo 210, que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e

respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Os documentos oficiais, em circulação no âmbito da educação brasileira apontam que, desde 1988, no Brasil, têm surgido documentos importantes para a valorização da criança e de sua educação, como por exemplo: a Constituição de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei Orgânica de Assistência Social para o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8069, de 13/07/1990, criança é a pessoa até os 12 anos de idade incompletos. Adolescente é aquele entre os 12 e os 17 anos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 - LDB). A partir de então, vem-se observando, de um modo geral, um reconhecimento da importância da educação de crianças de 0 a 6 anos. A busca por uma nova formação para os professores da EI tem sido essencial nesse nível de ensino.

Dentro de uma nova perspectiva da EI, buscam-se novas exigências na formação do professor. As modificações ocorridas na LDB suscitaram mudanças significativas, inclusive na formação do profissional de EI, quando incluiu em seu texto que a EI, enquanto primeira etapa da educação básica tem por finalidade, o desenvolvimento integral da criança, no sentido de contemplar tanto seus aspectos físicos quanto psicológicos, intelectuais e sociais.

[...] a formação de profissionais da educação infantil é um desafio que exige uma ação conjunta entre as instâncias municipais, estaduais e federais. Sendo assim, busca-se o atendimento das necessidades e das possibilidades na formação desses profissionais, seja através da formação continuada, quanto na formação inicial.

De acordo com o RCNEI houve a necessidade de mudanças na formação dos profissionais desta etapa de ensino.

As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos (BRASIL, 1998, p. 39).

Ao tratar do surgimento do documento oficial, para a EI Rosenau admite que:



Com o lançamento do RCNEI, em 1998, foi possível haver uma direção do trabalho a ser realizado nas escolas de educação infantil. O principal problema em não existir uma diretriz era que cada profissional fazia o que achava importante, sem garantir uniformidade e igualdade nas aulas ofertadas pelos docentes da educação infantil. Assim, constatamos um novo momento, que marca a continuidade na história da construção do conhecimento em educação infantil no Brasil, agora de forma coordenada e representada pelo RCNEI (ROSENAU, 2008, p.39)

A noção do RCNEI em (BRASIL, 1998, p. 6) é compreendido, como “um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino” logo compreender a importância do estudo desse documento, entre outros, poderá orientar o graduando em Pedagogia no momento do estágio curricular na etapa da EI, o qual assume um lugar de centralidade, visto que, no âmbito da formação inicial, constitui um espaço de articulação teoria-prática, requisito fundamental à formação de futuros profissionais para uma prática docente de qualidade.

A formação dos profissionais da EI deve proporcionar, além dos conhecimentos teóricos relativos ao desenvolvimento da criança, de suas necessidades e possibilidades, como também, de modo indissociável, conhecimentos de caráter prático, conforme esclarece o autor:

A ida dos (as) estagiários (as) a campo representa a oportunidade de refletir sobre o próprio processo de formação, e também, a possibilidade de problematizar o cotidiano das instituições de Educação Infantil. O estágio significa um momento ímpar na formação de futuros (as) professores (as). Ao longo destas experiências, os (as) estagiários (as) são encorajados a se envolverem num constante trabalho de observação: A observação como metodologia de trabalho e não apenas como uma primeira etapa do estágio sem muita importância. (DRUMOND, 2013, p. 200).

Parece-nos claro que o campo de estágio constitui-se em um espaço importante para o professor da EI em processo de formação inicial, visto que, oferece condições para que o aluno estagiário possa vivenciar por meio da observação, o que acontece no contexto das unidades de ensino, campo de estágio, como também na troca de interação e de experiências com seus sujeitos participantes.

Convém lembrar que o professor da EI deve estar preparado e capacitado para perceber e considerar o processo de desenvolvimento da autonomia própria da criança, nos aspectos intelectuais, moral e cognitiva, e, através dessa experiência, construir conhecimentos. A autonomia exige do professor um conhecimento aprofundado que lhe dê embasamento para relacionar-se de forma espontânea com a criança, criando um relacionamento de interatividade.

Conforme o RCNEI “Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimento e dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem” (BRASIL, 1998, p. 14).

O educador tem a função de estimular a criança para que possa aprender a partir de suas experiências, onde sua criatividade tem tudo a ver com a receptividade do meio em que vive. Vale ressaltar que,

Garantir educação de qualidade para todas as crianças de 0 a 6 anos, considerando sua heterogeneidade das populações infantis e dos adultos que com elas trabalham, exige decisão política e exige, também, condições que viabilizem produção de conhecimentos, concepção, implantação e avaliação de múltiplas estratégias curriculares para as creches e pré-escolas e para a formação de seus profissionais (KRAMER, 1994, p. 20).

É importante que o professor de EI tenha uma atuação que seja promotora da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças no sentido de lhes garantir o direito à infância. Para que isso ocorra, é necessário que os espaços da Educação Infantil proporcionem às crianças situações em que elas possam manifestar suas emoções, priorizando relações afetivas entre criança/criança e criança/professor, numa lógica de respeito às diferenças.

Do ponto de vista da compreensão, o profissional da EI deverá ter um domínio dos conhecimentos científicos básicos tanto quanto dos conhecimentos necessários para o trabalho com a criança (conhecimentos de saúde, higiene, psicologia, antropologia e história, linguagem, brinquedo e das múltiplas formas de expressão humana, de desenvolvimento físico e das questões de atendimento em situações de necessidades especiais).

O profissional da EI precisa ainda, estar em constante processo de construção de seus próprios conhecimentos, inclusive para efeito das Diretrizes deve compreender, como são adotadas as seguintes definições:

### **O QUE É A EI?**

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual. (Brasil, 2010, p.12)

### **QUEM É A CRIANÇA DA EI?**

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (op.cit. p.12).

### **O QUE É O CURRÍCULO DA EI?**

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (op.cit.p.12).

### **O QUE É A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EI?**

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (op.cit.p.13).

O trabalho na EI exige grande competência e habilidade, fazendo com que os professores tenham uma formação bastante ampla, que esteja em constante reflexão sobre sua prática e debate com toda a comunidade escolar. A formação atualmente não é apenas uma necessidade para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica, mas surge como um direito do professor e do aluno, de ter uma educação de qualidade. Dando continuidade a nossa discussão entendemos ser necessário apresentar o contexto e os procedimentos metodológicos da pesquisa.

## **3. CONTEXTO E METODOLOGIA DA PESQUISA**

A instituição escolar da EI pesquisada foi inaugurada no ano de 1994. No prédio funcionava a “Casa da Menina”, que prestava assistência à comunidade carente. Posteriormente, essa instituição priorizou o atendimento integral denominada de “Creche” para atender às crianças filhas de mães trabalhadoras de baixa renda, cuidando de sua segurança física e emocional, da sua educação, nutrição e lazer; estando na época sob a administração da Secretaria do Trabalho e Ação Social, do município de Campina Grande/PB.

Atualmente, a instituição pesquisada atende a um total de 150 crianças, na faixa etária de 2 a 5 anos, distribuídas em: Maternal I, Maternal II, Pré I e Pré II, divididas em

salas de aula por faixa etária. O horário de funcionamento da Instituição de EI é das 6h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira. Este relatório é fruto do estágio na turma do Pré II, com crianças de faixa etária entre 4 e 5 anos, contendo 14 crianças, sendo 10 meninos e 4 meninas, além da professora e a auxiliar.

As crianças atendidas são bastante carentes, principalmente da atenção do poder público, pois moram em bairros da periferia da cidade, com muitos problemas sociais e nível de renda baixa. A referida instituição busca suprir algumas necessidades das crianças, prestando um bom serviço para a comunidade. São crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade.

Quanto à organização da instituição escolar pesquisada observou-se, que a mesma possui uma estrutura física bastante favorável para a realização das atividades com espaço para recreação. Possui um espaço arborizado, com salas amplas ventiladas e iluminadas, têm banheiros e refeitório limpos e muito organizados, a cozinha é bem equipada. Conforme a gestora informou que em breve a instituição vá passar por reformas internas e externas no prédio.

O quadro abaixo apresenta, em termos quantitativos, a infraestrutura da instituição:

**Quadro 01** – Infraestrutura da unidade escolar pesquisada

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Guarita com banheiro	01	Sala de Direção	01
Sala de Direção	01	Parque	01
Área Coberta	01	Banheiro Infantil	01
Dormitório	01	Banheiro Social	01
Refeitório	01	Sala de Aula	04
Sala de Leitura	01	Rouparia	01
Almoxarifado	01	Área de Serviço	01
Banheiro dos Funcionários	01	Cozinha	01
Quintal	01	Despensa	02

**Fonte:** Elaboração própria.

Em relação à organização administrativa da instituição pesquisada, foi observado após o contato com a direção e a equipe técnico-pedagógica que a instituição campo de estágio possui um total de 35 funcionários, distribuídos em: 1 Gestora, 2 Secretárias, 1 Assistente Social, 1 Psicóloga, 1 Orientadora Educacional, 13 Professoras, 2 Cozinheiras, 2 Auxiliares de Cozinha, 1 Lavadeira, 1 Engomadeira, 6 Auxiliares de Limpeza e 1 Vigia.

No que se refere à Proposta Pedagógica observou-se, que o trabalho desenvolvido na Instituição pesquisada, visa a superar a concepção assistencialista, dando espaço a uma nova ideia de que a EI precisa valorizar a criança como ser integral, sendo orientada por educadores especializados. À luz dessa concepção, a criança constrói seu conhecimento a partir de uma ação pedagógica lúdica, prazerosa e desafiadora, incentivando o gosto pelas descobertas e investigações e valorizando suas experiências individuais e coletivas. A escola procura desenvolver no aluno uma postura crítica, criativa, participativa e dialógica, através de jogos, brincar.

O Projeto Pedagógico da instituição escolar, campo de estágio configura sua identidade, na medida em que definem os pressupostos, as finalidades educativas e suas diretrizes gerais da prática pedagógica. É importante frisar que na década de 1990 iniciou-se a égide do Estado perante o direito da criança à educação (BRASIL, 1996), garantido na Constituição Federal de 1988. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no mesmo ano, esses direitos foram reafirmados, e, em 1996, a LDB contribui decisivamente para a implementação no país de uma concepção de EI vinculada à educação básica.

A instituição pesquisada segue as determinações da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB e, dos documentos oficiais que definem desde a concepção de criança que o RCNEI/1998 apresenta. O referido documento é composto de três volumes, como sendo: "Introdução", "Formação pessoal e social" e "Conhecimento de mundo", com o objetivo de auxiliar a prática docente. A proposta está fundamentada nos eixos temáticos, a saber: formação pessoal e social e conhecimentos do mundo. Este último contém seis conteúdos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática que permitem ampliar o universo da criança na construção de suas competências e habilidades.

Buscamos desenvolver uma metodologia qualitativa, que segundo LUDKE e ANDRÉ (2003, p.12) este tipo de metodologia revela o 'significado' que as pessoas pesquisadas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Além disso, as autoras advertem acerca do cuidado que o pesquisador precisa ter ao realizar uma pesquisa qualitativa, está no momento que vai revelar os pontos de vista dos participantes, em relação com a acuidade de suas percepções, neste caso, os sujeitos da nossa pesquisa foram 4 professoras que atuam em salas de aula da EI, na instituição, campo de estágio. Vejamos a seguir a análise dos dados coletados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos a seguir os dados coletados diretamente com as 4 professoras que atuam na instituição, campo de estágio da EI. Para tanto, aplicamos um questionário composto de perguntas que tratam de que forma ocorreu sua formação na área da EI, ou seja, a formação de professores da EI. Desse modo, os resultados obtidos na pesquisa de campo veio subsidiar nosso trabalho acadêmico, através do diálogo da relação entre *pergunta* e *resposta*. Nesse sentido, as entrevistas possibilitaram compreender as concepções acerca da EI, de acordo com as professoras. A partir desses dados, pudemos observar as concepções de cada uma das professoras a respeito da nossa temática em estudo, que contempla “formação do professor da educação infantil: reflexões a partir do estágio docente, numa instituição pública em Campina Grande-PB”.

Conforme a coleta de dados realizada na instituição pesquisada, há um total de 13 funcionários, cuja formação está assim, distribuída. Desse total 9 pessoas possuem o curso superior (70%), e 4 tem o curso de Magistério ou curso Normal (30%). Desse total de funcionários, 6 possuem também, o curso de especialização e 3 o curso de mestrado.

Este resultado é bastante promissor e mostra que de fato houve um grande avanço na qualificação dos professores da EI. As instituições da EI estão cada vez mais buscando profissionais que atendam ao novo perfil de professor exigido pela sociedade. Trata-se de um professor com perfil reflexivo e uma prática construtiva, ressaltando, acima de tudo, numa prática pedagógica eficaz e de qualidade, na qual o profissional busque cada vez mais, uma capacitação continuada com vistas ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos através de cursos, grupos de estudo, leituras etc.

Na sequência buscaremos apontar dados, que orientam o leitor para um rápido perfil das características que identificam as 4 professoras entrevistadas, desde a faixa etária que se encontra cada uma dessas professoras pesquisadas, que está entre 25 e 50 anos de idade até a descoberta de aspectos como: a *faixa etária*, *tempo de formação* e atuação como professoras, bem como se elas julgam importante a *formação continuada* e suas concepções sobre esta forma de capacitação.

Para efeito de organização e transcrição dos dados coletados através da entrevista orientada, mediante as quatro questões que norteavam o instrumento, denominaram as professoras de **P1**, **P2**, **P3** e **P4**, em relação a cada pergunta e resposta correspondente, conforme se expõe cada Exemplo, a seguir:

Na **Questão-1** foi colocada aos professores quanto à sua **formação**. Desse modo, os professores entrevistados respondem, como sendo: **P1**- “Graduada em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia”. **P2**- “Graduada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia e mestranda em Ciências da Educação”. **P3**- “Graduada em Geografia”. E, finalmente também **P4**- “Graduada em Geografia”..

De tal modo, os referidos docentes nesta **Questão -1** nos mostra que todos têm o curso de graduação. Contudo apenas 2 tem o curso de Licenciatura em Pedagogia e 2 o curso Normal (Magistério) mais a Licenciatura em Geografia.

Uma **segunda questão** colocada aos professores foi: Há quanto tempo atua na etapa da Educação Infantil? As respostas foram as seguintes: **P1**- “7 anos”. **P2**- “6 anos”. **P3**- “9 anos”. E, **P4**- “4 anos”.

Pelas respostas dadas podemos observar, que o tempo de atuação das professoras pesquisadas, de modo geral está no universo entre 4 e 9 anos de atuação em sala de aula da EI.

Uma **outra questão** colocada foi em que podemos nos basear para saber se você “já participou de algum tipo de formação”? Essa pergunta foi feita para compreendermos os motivos que influenciam os professores no processo de formação continuada. Desse modo as professoras respondem: **P1**- “De várias formações oferecidas pela Rede Municipal”. **P2**- “De várias”. **P3**- “Sim”. **P4**- “Sim”.

Assim sendo, a professora para atuar na sala de aula da EI da instituição pública do município de Campina Grande-PB, se baseia para além da formação inicial. Isto é, exige que o professor participe da formação continuada. A este respeito, convém lembrar a Resolução CNE/CEB Nº 5/2009, que determina programas de formação continuada dos(as) professores(as) e demais funcionários(as) integram, a lista de requisitos básicos para uma educação infantil de qualidade. Tais programas são direito dos(as) professores(as) previsto no art. 67, inciso II, da LDB 9394/96. Eles devem promover a construção da identidade profissional, bem como o aprimoramento da prática pedagógica, possibilitando a reflexão sobre os aspectos pedagógicos, éticos e políticos da prática docente cotidiana.

Por fim, perguntamos na **Questão-4** a cada professora pesquisada: “Você acha importante o processo de formação? O que ele possibilita à profissão?” Compreendemos que muitos são os fatores que levam um docente a evoluir no seu processo de formação e prática educativa. Assim, buscamos então, saber qual a opinião dos mesmos: **P1**- “Acho muito importante, pois nos possibilita rever a nossa prática e

acrescentar e aprimorar a nossa metodologia”. **P2-** “O processo de formação do professor é importante porque o mesmo precisa sempre aprender e reaprender para que a sua prática se torne mais sólida, argumentativa e o professor deve ser sempre um profissional que esteja disponível à pesquisa, reciclagem, para que sua sala de aula seja um ambiente satisfatório tanto para os alunos como para o professor, um ambiente que promova aprendizagem, descobertas e encantamentos”. **P3-** “Sim”. “Porque é na formação que o professor se capacita, aumenta seus conhecimentos e tem um melhor conhecimento pedagógico para transmitir para os alunos”. **P4-** “Sim”. “Todo profissional necessita de curso de formação. A cada dia, novas técnicas de conhecimentos são necessárias para evolução da aprendizagem. Essas trocas de ideias dão ao indivíduo a possibilidade de novos conhecimentos”.

As respostas dadas demonstram que as professoras compreendem a importância de sua formação para prática no cotidiano, visto que, os encontros de formação de professores e as trocas de conhecimentos refletem diretamente no trabalho realizado em sala de aula.

Na perspectiva freireana a formação inicial e continuada dos professores é, também, fator decisivo no processo de transformação da educação. Freire nos auxilia a pensar que na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. Além disso, quando se toma como premissas norteadoras a “inconclusão do ser humano”, o engajamento político e o compromisso ético, a teoria freireana nos ajuda a tecer argumentos “sobre a prática educativo-progressista em favor da autonomia do ser educando”. Prática essa que só se viabiliza com uma formação docente que seja coerente com seus pressupostos. Ou seja, para o educador brasileiro o exercício da docência exige:

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (FREIRE, 1996, p.14).

Com base nos dados analisados podemos dizer que a pesquisa nos mostra que caminhamos para uma profissionalização cada vez maior das pessoas que atendem às crianças em EI, pois cada vez mais, temos de fato um avanço na formação destes



profissionais, que estão sempre se qualificando para contemplar as necessidades das crianças desta faixa etária.

Nos dias atuais, está nos centros das discussões educacionais não só a formação docente do professor da EI, mas também sua prática pedagógica. O professor precisa estar preparado para atender às necessidades das crianças como um todo, pois a criança apresenta vulnerabilidade e dependência que exigem um educador com múltiplas funções no exercício de sua prática. Os estudos revelam ser preciso não somente a formação acadêmica, pré-requisito básico para o exercício da docência, mas a formação contínua e permanente, que forneça subsídios teóricos ao profissional durante sua prática. Em Machado (2002) o professor precisa estar atento a uma rápida junção entre os saberes teóricos e práticos, para poder lidar com os desafios do dia a dia, capaz de promover uma:

Reflexão do processo criativo e compartilhado de construção de conhecimento. Mobilização dos saberes da experiência: parecem ser essas as condições básicas a figurar na formação dessas educadoras, de modo que aprendam a reconhecer-se, admitir-se, construir autonomia do pensamento, emancipar-se e protagonizar suas práticas, construir autoria dos atos de educar, de ensinar e de aprender (Machado, *apud* GOMES, 2009, p. 55).

A prática do professor na EI exige, segundo Kishimoto (2002) uma maior flexibilidade em seu trabalho. Ele precisa estar atento a possíveis alterações em seus planejamentos diários em sala de aula, de acordo com as peculiaridades da criança. Cada criança traz consigo uma forma própria de aprender. Para o autor,

[...] a linguagem nas crianças abaixo de 6 anos desenvolve-se nas situações de cotidiano, quando a criança desenha, pinta, observa uma flor, assiste a um vídeo, brinca de faz de conta, manipula um brinquedo, explora a areia, coleciona pedrinhas, sementes, conversa com amigos ou com o próprio professor, caracterizando a forma com que a criança constrói conhecimento através de experiências ampliadas (KISHIMOTO, 2002, p. 18),

Portanto é no contexto das situações de cotidiano em que a criança expressa suas emoções, desejos e interesses. O professor deve explorar ao máximo essas observações, a fim de oportunizar a construção de saberes que se dão através do contato com o mundo. Além da sensibilidade necessária por parte do docente para compreender e atender a todas as peculiaridades inerentes à EI, o professor que opta por trabalhar com esta faixa etária deve possuir ou desenvolver algumas competências e habilidades, para que desempenhe seu trabalho com sucesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo conclui-se que foi atingido os nossos objetivos que era de analisar a formação dos professores que atuam em uma unidade escolar do município de Campina Grande-PB, a partir do que diz o próprio professor participante da pesquisa. Para tanto procuramos investigar a formação dos professores que atuam na unidade escolar, campo de estágio, visando fazer uma análise tanto da prática pedagógica dos professores da EI pesquisados.

Observou-se, no dizer das professoras pesquisadas da EI, que para enfrentar os desafios pautados no contexto da educacional brasileiro, é preciso que o professor assuma uma postura profissional de observação, de registro e, conseqüentemente, de discussão e reflexão sobre os afazeres e modos de ser das crianças, bem como de sua prática pedagógica. Daí a necessidade de o professor acreditar, que realmente sua formação deve ser contínua, no sentido de sempre buscar meios de como puder melhor conhecer a criança e, sobretudo o ato de “cuidar e ensinar” sejam sempre repensadas. Os/as professores/as devem ser vistos/as não como objetos de estudo, mas como sujeitos competentes, com saberes específicos ao seu trabalho.

A pesquisa também contribuiu para compreender como os professores percebem suas formações continuadas e as contribuições que os órgãos públicos oferecem para o exercício da docência. Deve-se entender que a formação acadêmica inicial é um diferencial para as práticas dos educadores serem fortalecidas.

Vimos que existe um progresso muito significativo na qualidade do trabalho dos professores. Essa qualidade foi despertada nos professores com a busca por conhecimento e aperfeiçoamento, mostrando haver uma renovação nas metodologias utilizadas no cotidiano da EI.

Enfim, consideramos que este estudo deixou uma relevância muito singular, advinda de uma prática vivenciada, durante o estágio supervisionado em EI, para a formação do aluno pedagogo do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, A. M. R. F.; OLIVEIRA, S. M. L. **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, M. M. A Formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 126-142, dez. 1999 (Número especial: Formação de profissionais da educação: políticas e tendências).

DRUMOND, Viviane. **Estágio e formação de docentes de Educação Infantil em cursos de Pedagogia**. Guarulhos, Olhares, v. 1, n1, p. 183-206, maio. 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/samsung/Downloads/ESTAGIO%20E%20FORMACAO%20DE%20DOCENTES%20DE%20EDUCACAO%20INFANTIL.pdf> Acesso em: 17 de junho, às 17:37.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 17. Imprensa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Marineide de Oliveira. Uma aproximação com as identidades profissionais de educadores. *In*. GOMES, Marineide de Oliveira. Formação de professores. São Paulo: Cortez, 2009.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). Pedagogia e a formação de professores (as) de Educação Infantil. **Pro-Posições**, v. 16, n. 3, p. 181-193, set./dez. 2005.

KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

KRAMER, S. Currículo de Educação Infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas. *In*: \_\_\_\_\_. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p.16-31.

\_\_\_\_\_. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e Fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2002.

KRAMER, Sônia; JOBIM e SOUZA, Solange. Esboço de uma proposta curricular para a formação de educadores de creche em nível de 2 grau. *In*: PROPOSTAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE CRECHE, 1, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas. Material impresso.

LANTER, Ana Paula. A política de formação do profissional de Educação Infantil: os anos 90 e as diretrizes do MEC diante da questão. *In*. KRAMER, S.; LEITE, M. I.;

GUIMARÃES, D.; NUNES, M. F. **Infância e educação infantil**. Campinas, SP: Papirus, 1999. P. 131-156.

MACHADO, M.L. de A. A Formação dos profissionais docentes e não docentes da Educação Infantil. In: **Educação Infantil: construindo o presente**. Campo Grande: Editora UFMS, 2002 p. 91-110.

ROSENAU, Luciana dos Santos. **Pesquisa e prática profissional: educação infantil**. Curitiba: IBPEX, 2008.

## ABSTRACT

This work on "Teacher Training in Early Childhood Education" emerges with the completion of the stage in Early Childhood Education (EI) and aims to understand how the teacher training process occurs, which work in a municipal public institution located in the City of Campina Grande-PB, from what the researched teachers say. The article results from qualitative research that has the natural environment of the EI stage, as its direct source for collecting some data observed and registered through the application of a questionnaire to 4 EI teachers, which will require the researcher both theoretical references Of Campos' studies (1999); Gomes (2009); Kishimoto (2002); Kramer (1992, 1994, 2002); Lanter (1999); Rosenau (2008), among others, as well as the study of official documents, in this case, the National Curricular Reference Frameworks for Early Childhood Education, 1998 (RCNEI) and the Law on Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394 / 1996) And the most recent document still in the discussion phase of the National Curricular Common Base (BNCC). Considering these aspects, it is concluded that, the treatment of the IE professional in relation to his / her training has been gaining significant achievements of valorization of the profession, in relation to the requirements given to the training of teachers of the first stage of Basic Education. The reality investigated allowed us to observe that the teachers are committed to education and, above all, they develop a teaching practice aimed at the care of the children attended by the Institution of Early Childhood Education. In addition, it is a consensus among the teachers investigated that the continuing education of the EI professional becomes, today, essential to what to do of the teaching practice, at this stage of education.

**Keywords:** Early Childhood Education. Teacher training. Pedagogical practice.